

**RAÇA, ETNIA E A ESCOLA: POSSIBILIDADES DE IMPLEMENTAÇÃO DA
LEI 10.639/03¹**

Ana Cecília Porto Cunha Coutinho
Dayse Kelly Barreiros
Gabriella Pizzolante da Silva
Giuliana Carla Stoppa
Renata Gonçalves
Vânia Aparecida de Melo
Viviane Patricia Colloca Araújo²

Resumo

O artigo apresenta uma discussão sobre a implementação da Lei 10.639/03 e de suas Diretrizes Curriculares, as quais tornaram obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas de todo o país. A argumentação parte do reconhecimento da importância dessa legislação como uma oportunidade de superação das desigualdades históricas vividas por grupos étnico-raciais não hegemônicos. Dessa forma, a discussão é orientada pela seguinte estrutura: primeiramente, apresenta uma discussão acerca da nova legislação sobre questões étnico-raciais e suas implicações para a prática escolar. Em seguida, discute as implicações legais para o currículo escolar e, por fim, descreve os principais pontos abordados em entrevista com uma professora de educação infantil que apresenta pistas de como implementar no currículo escolar as indicações da Lei 10.639/03. Essa legislação específica, por si só, não garante uma mudança na educação, mas representa um primeiro passo para que isso aconteça.

Palavras-chave: política educacional; implementação da Lei 10.639/03; possibilidades de trabalho na educação infantil e ensino fundamental.

Abstract

¹ Artigo elaborado conjuntamente e apresentado em forma de seminário na Disciplina de Didática 2 – Ensino e Aprendizagem, no curso de Pedagogia da UFSCar, durante o segundo semestre de 2008.

² *Ana Cecília Porto Cunha Coutinho* – Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal de São Carlos. Bailarina, Arte-Educadora. E-mail: anacecilia21@hotmail.com; *Dayse Kelly Barreiros* – Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal de São Carlos. Bolsista do Projeto Comunidade On-Line de Educação Infantil financiado pela PROEX/UFSCar. E-mail: daysekb@gmail.com. *Gabriella Pizzolante da Silva* – Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal de São Carlos. Estagiária junto ao Grupo Gestor do Programa de Ações Afirmativas da UFSCar. E-mail: gabizinhaps@hotmail.com *Giuliana Carla Stoppa* – Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: giuliana_carla@yahoo.com.br; *Renata Gonçalves* – Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: renee.go@gmail.com; *Vânia Aparecida de Melo* – Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: vaninhaml@yahoo.com.br; *Viviane Patricia Colloca Araújo* – Professora Substituta do Departamento de Metodologia de Ensino da Universidade Federal de São Carlos, responsável por ministrar no 2º semestre de 2008 a disciplina Didática 2 – Ensino e Aprendizagem no curso de Pedagogia. Doutora em Educação pela UFSCar. Professora efetiva no ensino fundamental da rede municipal de educação de São Carlos. Temática de pesquisa atual: Políticas educacionais e de formação de professores brasileiras e portuguesas e a preocupação com a multiculturalidade. Endereço residencial: Rua Ray Wesley Herick, 135, bloco 1, apto T-03, Jardim Guanabara, São Carlos, SP, cep: 13565-090. E-mail: vpcolloca@hotmail.com

The article presents a discussion on the implementation of the Law 10639/03 and its Curriculum Guidelines, which provide for compulsory teaching of history and Afro-Brazilian culture in schools throughout the country. The arguments of the recognition of the importance of this legislation as an opportunity to overcome the historical inequalities experienced by ethnic-racial groups not hegemonic. Thus, the discussion is guided by the following structure: first, presents a discussion about the new law on ethnic-racial issues and their implications for school practice. Then discusses the legal implications for the school curriculum and, finally, describes the main points raised in an interview with a professor of early childhood education that gives clues as to implement the information in the school curriculum of the Law 10639/03. This specific legislation alone will not guarantee a change in education, but represents a first step for that to happen.

Key-words: educational policy, implementation of the Law 10639/03; scope of work in early childhood education and elementary education.

Introdução

Este artigo apresenta uma discussão acerca da implementação da Lei 10.639/03 e de suas Diretrizes Curriculares aprovadas em 2004, as quais tornaram obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas de todo o país, bem como a inclusão no calendário escolar do dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. Recentemente, em março de 2008, foi aprovada uma nova alteração ao Art. 10 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, enumerado 11.645/08, o qual acrescentou na redação do artigo a História e Cultura Indígena nos currículos escolares das escolas públicas e privadas.

Para entendermos melhor os conceitos raça e etnia buscamos suas definições em Ferreira (1988). O conceito *raça* é definido como um conjunto de indivíduos cujos caracteres somáticos, tais como cor da pele, a conformação do rosto e do crânio, o tipo de cabelo etc. são semelhantes e se transmitem por hereditariedade, embora variem de indivíduo para indivíduo, ou seja, este conceito está relacionado às características físicas e fenotípicas que definem os grupos humanos. Já o conceito *etnia* diz respeito aos grupos biológicos e culturalmente homogêneos, ou seja, refere-se às características de um povo ou nação. Estes conceitos aliados à intolerância, à xenofobia, ao preconceito, ao estereótipo e à discriminação colaboraram para o surgimento do racismo.

Sabemos que a nossa sociedade brasileira é excludente, sobretudo por ter adotado o modelo de cultura de nossa metrópole que passou a ditar o padrão de “normas” que as pessoas devem seguir para serem previamente aceitas nos meios sociais. Sabemos, ainda, que por este motivo temos no nosso país inúmeros grupos excluídos do contexto social, tanto por questões raciais como étnicas. Dessa forma, para não diminuir e/ou deixar de citar aqui todos esses grupos excluídos, faremos nossa discussão do ponto de vista do racismo.

Na idade média o preconceito e a discriminação baseavam-se em religião, política, nacionalidade e linguagem e não em diferenças biológicas ou raciais como é hoje. O racismo como hoje conhecemos surge quando colonizadores começaram a usar a mão-de-obra negra e escrava para enriquecer e ter poder. O conceito de racismo, propriamente dito, surgiu no século XVIII quando a sociedade ocidental procurava pretensas bases científicas para explicar as diferenças entre os seres humanos e justificar a dominação do branco europeu sobre os povos de outros continentes durante a expansão colonial.

A interiorização do racismo está presente em todas as esferas sociais: na família, na escola, na igreja, na comunidade etc., sendo mais forte na escola pelo fato primordial de

que passamos de nove a doze anos na mesma. Na escola convivemos com diferentes pessoas, diferentes tradições, hábitos e costumes. Neste sentido, a escola tem um papel fundamental na difusão do conhecimento e, por isso, tem que haver o devido cuidado em como conduzi-lo para não estabelecer determinadas “verdades” prontas e acabadas aos estudantes.

Em geral, em nossas escolas os conteúdos de história brasileira contam apenas uma versão dos fatos históricos, pautada numa visão eurocentrista da descoberta de nosso país e do desenrolar da economia daquela época, apresentando a história do negro apenas por meio do negro escravo, do tráfico negreiro, um pouco das senzalas e muito pouco ou quase nada do modo de vida e da ascendência africana.

A aprovação da Lei 10.639/03 é resultado do envolvimento do Movimento Negro brasileiro, autoridades do governo e estudiosos do tema frente a este problema de discriminação que nossa sociedade enfrenta e que ajuda a camuflar o mito da democracia racial.

A escola tem um papel importante na propagação desta lei já que influencia diretamente na vida de seus estudantes e é nela que se desenvolve a teia de relações inter pessoais que convivemos na sociedade mais ampla, sobretudo nos primeiros anos de escola. Todavia, como vivemos em uma sociedade estereotipada, é necessário que haja um trabalho de sensibilização concomitante entre os órgãos educacionais e a participação massiva dos professores para que esta lei seja de fato implementada, não necessariamente por ser uma lei, mas por ser uma dívida social para com os negros, oportunizando-lhes a possibilidade de se verem parte integrante de uma sociedade multirracial e pluricultural e não o contrário.

Assim, apresentamos neste artigo, primeiramente, uma discussão acerca da nova legislação e suas mudanças e implicações para a prática escolar. Em seguida, discutimos com mais propriedade as implicações desta legislação para o currículo escolar e, por fim, descrevemos os principais pontos abordados numa entrevista com uma professora de educação infantil que apresenta em seu trabalho pistas de como implementar no currículo escolar as indicações da Lei 10.639/03.

1. Implicações da Lei 10.639/03

A Lei 10.639/03 foi sancionada em 9 de janeiro de 2003 pelo Presidente da República e teve como função alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, incluindo no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, além de outras providências como a inclusão do estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Para que essa alteração fosse regulamentada, o Conselho Nacional de Educação, por meio de seu Conselho Pleno, elaborou em 2004, o Parecer 03/04 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Este documento legal é, segundo exposto no próprio documento, uma medida de ação afirmativa que torna obrigatório o ensino da História da África e da cultura Afro-brasileira nos currículos dos estabelecimentos de ensino público e particular da educação básica, como também o dia 20 de novembro passa a ser reconhecido no calendário como Dia Nacional da Consciência Negra.

Todo esse processo de reconhecimento da cultura africana e afro-brasileira na história deste país soma-se a demanda do Movimento Negro na luta pela superação do racismo e da desigualdade racial, que é uma luta pela construção da cidadania e da democracia para todos, sendo que a escola é o lugar fundamental de tal construção para

uma educação anti-racista. Segundo Cardoso (2005, p. 10), “a superação do racismo ainda presente em nossa sociedade é um imperativo. É uma necessidade moral e uma tarefa política de primeira grandeza. E a educação é um dos terrenos decisivos para que sejamos vitoriosos nesse esforço”.

Entretanto, o processo de mudança proposto numa determinação legal é lento, principalmente quando envolve reconhecimento de injustiças, de erros históricos, de aspectos da nossa história enquanto país, uma revisão profunda dos conteúdos escolares e a forma como são desenvolvidos nas escolas, enfim, todo esse processo envolve uma profunda mudança de mentalidade de todas as pessoas, inclusive gestores, professores, entre outros. Dessa forma, é possível perceber que ainda há um longo caminho a ser percorrido na efetivação concreta e positiva dessas determinações legais.

Consideramos de extrema importância a inserção da diversidade cultural como um tema a ser debatido e desenvolvido nas escolas brasileiras, pois, para nós, essa temática se apresenta como uma alternativa para se lidar com as políticas de identidade, no entanto, é preciso acautelar-se para que não haja uma uniformização e homogeneização de trajetórias, culturas, valores etc.

Ao longo do tempo foi-se construindo socialmente o conceito de “branquitude” em uma visão eurocêntrica, acabou-se definindo o branco como o padrão de referência de toda a espécie, o que acabou legitimando a supremacia econômica, política e social do grupo visto com branco no Brasil. Dessa forma, o estudo da diversidade cultural poderá contribuir com a superação do preconceito e a extinção dessa visão eurocêntrica, pois permitirá a propagação do conhecimento de nossas raízes Africanas, o que acabaria desfazendo o mito do africano escravizado e a visão de selvagem e incivilizado.

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional (MUNANGA, 2005, p. 16).

Percebemos que no Brasil ocorre uma grande desinformação por parte da educação e da formação de professores sobre nossa herança africana. A escola e seu currículo são impelidos a incluir tal discussão, mas para isso será necessário o investimento na formação inicial e continuada dos professores.

O combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação, em nível escolar, deve tomar as mais diferentes formas de valorização da pessoa humana, povos e nações, valorização que se alcança quando descobrimos que as pessoas, mesmo com suas dessemelhanças, ainda são iguais entre si e iguais a nós, com direito de acesso aos bens e serviços de que a sociedade dispõe, de usufruí-los, criar outros, bem como de exercer seus deveres em benefício próprio e dos demais (LOPES, 2005, p.187).

Devemos sempre nos questionar, será que crianças e adolescentes, jovens e adultos têm contato com outras imagens e com a história dos africanos vista na perspectiva da luta e da resistência negra?

A resposta nós todos sabemos. Infelizmente, dificilmente são mostradas imagens do palácio real, de um império, imagens de reis e muito menos de uma cidade moderna da África.

Após a lei 10.639/03 ter sido sancionada, podemos destacar alguns pontos positivos na possibilidade de uma mudança de postura diante da história. Esta lei tem como objetivo central a correção de desigualdades, a construção de oportunidades iguais para os grupos sociais e étnico-raciais, fazendo com que haja uma democratização do saber a partir das Diretrizes Curriculares que são elementos para refletir e conduzir a ação educativa. A questão racial deve ser pensada no campo da liberdade.

A educação escolar deve ajudar professor e alunos a compreenderem que a diferença entre pessoas, povos e nações é saudável e enriquecedora; que é preciso valorizá-la para garantir a democracia que, entre outros, significa respeito pelas pessoas e nações tais como são, com suas características próprias e individualizadoras; que buscar soluções e fazê-las vigorar é uma questão de direitos humanos e cidadania (LOPES, 2005, p. 189).

Evidentemente o conflito é inevitável. Pesquisadores procuram entender os mecanismos de funcionamento do “ritual” pedagógico que excluem dos currículos escolares a história dos negros. Tal ritual impõe às crianças negras um ideal de ego branco, o que produz um discurso sobre o tratamento igual às crianças brancas e às não-brancas, o que acaba sendo legitimado na instituição escolar não por aquilo que é dito, mas por tudo aquilo que é silenciado. A escola entra nesse momento no papel de criar disposições para a reflexão sobre o mundo, a cultura, o currículo e o contexto das desigualdades sociais e raciais, fazendo com que as pessoas questionem a si mesmas nos seus próprios preconceitos.

Devemos estar sempre atentos para não desconsiderarmos o contexto das políticas afirmativas que possibilitou não somente as ações pedagógicas, mas sim o resultado da luta política em prol de uma escola e de um currículo que insiram a diversidade. Essa luta, que é uma antiga reivindicação do Movimento Social Negro, vai para além das políticas universalistas em educação, pois busca reparar, de alguma forma, danos que se repetem há cinco séculos contra a identidade e os direitos civis de milhões de negros(as) brasileiros(as) que, comprovadamente, se encontram em posição de desvantagem perante outros grupos étnicos dentro das relações socioeconômicas deste país.

Considerando a valiosa contribuição que trabalhadores escravizados trouxeram para a construção da riqueza deste país e também que, segundo dados do IBGE (1999), o Brasil é o segundo país em população negra fora da África, que pretos e pardos representam 45% da população brasileira, é que passamos brevemente a tratar das questões da educação e do currículo envolvendo os afro-descendentes.

Segundo o Parecer nº. 03/04 do Conselho Nacional de Educação (2004, p.1),

Para reeducar as relações étnico-raciais no Brasil é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados. É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros. E então decidir que sociedade queremos construir daqui para frente.

Em todo esse contexto devemos valorizar uma discussão que promova debates, reflexões e mudanças de posturas, pois existe o perigo de haver a folclorização da questão racial como, por exemplo, no dia 20 de novembro chamar um grupo de capoeira ou do movimento hip hop para uma apresentação somente para contemplar o calendário como se fosse mais uma data comemorativa, sem articular o processo de luta e resistência negra. Deve haver sim uma contextualização e uma discussão séria a respeito de tais eventos. “O Brasil precisa de professores dispostos a fazer a revolução das pedagogias. Cada um de nós está convocado a entrar nesse grupo.” (LOPES, 2005, p. 200).

2. A África no currículo escolar

Tendo por base o que apontamos até o momento, consideramos relevante apresentar alguns subsídios para se trabalhar a cultura africana dentro da sala de aula. As riquezas das ciências, da tecnologia e da história dos povos africanos nos mostram que a cultura africana oferece importantes elementos relacionados a todas as áreas do conhecimento.

A imagem que se tem da África e de seus descendentes normalmente não é relacionada com produção intelectual nem com tecnologia desses povos, o que acentua ainda mais o preconceito e desqualifica a cultura negra.

É fato que a exploração dos negros pelos europeus atrapalhou o desenvolvimento desse continente e isso precisa ser mostrado para nossas crianças, não podemos mais minimizar a importância dos afro-descendentes ao tema da escravidão somente. É preciso impulsionar e valorizar o que nossas raízes trouxeram não só para esse país como também para a humanidade.

As contribuições dos povos africanos foram intensas e significativas. Segundo reportagem de Gentile (2005) na revista *Nova Escola*, intitulada “África de todos nós”, os africanos dominavam técnicas de agricultura, mineração, ourivesaria e metalurgia, usavam sistemas matemáticos elaborados para organizar a contabilidade do comércio de mercadorias e ainda tinham conhecimentos de astronomia e de medicina que serviram de base para a ciência moderna.

Na África foram encontrados os primeiros centros universitários e culturais de que se tem registro. As tecnologias trazidas dos principais impérios, reinos e estados de onde vieram os negros que foram escravizados no Brasil são provindas desse tão grandioso continente. Tudo isso pode e deve ser divulgado a partir dos conteúdos trabalhados dia a dia em sala de aula. Para isso, *alguns paradigmas e pressupostos precisam ser quebrados*, para então ser possível trabalhar tal temática de maneira evidente e com sentido.

Em Geografia, por exemplo, precisamos deixar claro que a África não é um país e sim um continente. É preciso apresentar mapas aos alunos para que possam localizar os diversos povos que vieram para o Brasil e as riquezas de cada região, possibilitando o entendimento sobre os verdadeiros motivos da exploração.

Em História é importante ressaltar que a África já existia antes dos europeus. A tendência dos conteúdos quando ensinados deixa transparecer que o continente africano só passa a existir na história da humanidade a partir dos descobrimentos de várias terras em que a escravidão se tornou necessária. Anterior a isso tudo, os africanos já possuíam seu modo de viver em sociedade, já tinham suas normas, possuíam seus reinos que ditavam toda estrutura social.

A imagem que normalmente é veiculada pelos meios de comunicação sobre a África, explora a fome, as doenças e as guerras, tragédias essas evidentes na atualidade no mundo inteiro, não exclusivas da África. Devemos destruir essa imagem negativa que ronda o imaginário das pessoas sobre esse continente.

Outro elemento que pode ser trabalhado em sala de aula, nas aulas de Ciências Naturais, por exemplo, é que somos todos africanos. De acordo com as descobertas dos fósseis mais antigos de nossos ancestrais, o *Homo erectus* partiu de uma região da África para povoar a Ásia e a Europa. Segundo Douglas Verrangia³ (citado por Gentile, 2005, p. 45), isso tem que ser mencionado quando abordamos a evolução das espécies para deixar claro

³ Pesquisador do NEAB/UFSCar - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos.

que todos os seres humanos são biologicamente parecidos e que não há raças superiores a nenhuma outra.

Na disciplina de Artes está uma grande oportunidade dos professores trabalharem com a diversidade. Para tanto, devem ter como orientações a necessidade de se relativizar o conceito de “belo” e de “arte”, além de reconhecer que a África é uma das mais importantes matrizes da cultura humana. Por exemplo, o Movimento Cubista foi fortemente influenciado pelas esculturas e máscaras africanas, que inspiraram Pablo Picasso, em 1907, e outros artistas como Braque, Vlaminck e Derain. Nas palavras de Maria José Lopes da Silva (2005, p. 125):

Os estudiosos atuais sustentam que a *arte abstrata* (representação da “idéia” que o artista tem do objeto ou da pessoa) se encontra, *há séculos*, em toda a expressão da arte negro-africana: indumentária, utensílios, mobiliário, habitação, máscaras, esculturas, pinturas, tatuagens, desenhos, tecidos, artesanatos, etc. Em outras palavras, o que no Ocidente era considerado uma inovação artística, já era produzido há centenas de anos pelos africanos, cuja arte, no entanto, continuava a ser vista pelos europeus como “primitiva” e inferior.

Desta forma, nós, professores(as), precisamos incentivar o potencial criativo dos nossos alunos e não induzir um padrão, um modelo – que bem sabemos ser o eurocêntrico.

Como orientação didática temos o Teatro, que pode ser utilizado para resgatar a cultura afro-brasileira na tentativa de reintegrar os educandos nos valores étnicos e sociais da ancestralidade nacional; levar o aluno a conhecer as concepções estéticas africanas; levar o aluno oprimido a atuar conscientemente de modo a contribuir para a assunção da sua cidadania; facilitar a construção da identidade do aluno através de uma autoidentificação positiva de si mesmo e com o patrimônio histórico-cultural brasileiro; e ainda proporcionar a possibilidade do aluno reconhecer criticamente os estereótipos de representação étnica encontrados nas Artes Cênicas, em geral, e no teatro brasileiro, em particular, que sempre delegou ao negro os papéis secundários de cozinheiro, empregado, entre outros.

Vale ressaltar que “[...] na África, existe remotamente um jogo teatral chamado *irin ajo* (da tradição iorubá), destinado à distração e divertimento dos espectadores. É, de fato, um teatro ambulante concebido apenas para divertir, e que remonta ao período *pré-islâmico*” (Silva, 2005, p. 128).

Já na aula de Matemática podemos encontrar idéias para trabalhar o conteúdo de simetria, geometria e cálculo a partir da análise das pirâmides do Egito. Aliás, o ensino sempre privilegiou as civilizações que viveram em torno do mar Mediterrâneo. O Egito estava entre elas, mas raramente é relacionado à África. Por isso, é importante tratar sobre tal contribuição que está totalmente ligada à cultura africana. Ao conhecer a cultura egípcia pode-se fazer o estudo sobre triângulos a partir das pirâmides. Outros tópicos como simetria, cálculos de mínimo e/ou máximo múltiplo comum, formas geométricas, ângulos, dimensão, entre outros, podem ser trabalhados a partir da tradição da população quioca, que vive ao nordeste de Angola. Essa tradição consiste na confecção de desenhos, conhecidos como *sona* (idioma local), na areia para a ilustração de historietas, lendas e adivinhações (Gerdes, 1994).

Em língua estrangeira o aprendizado fica mais próximo dos afro-descendentes quando podemos usar letras de músicas de cantores afro-descendentes como, por exemplo, o reggae, o blues e o jazz e a biografia de outros cantores negros de grande repercussão. Na cultura africana, o ritmo é de fundamental importância; é a pura expressão da energia vital.

Outro assunto possível de ser tratado são palavras, lendas e heróis nas aulas de língua portuguesa. A partir de lendas africanas e histórias que tratem de diversidade, é possível elaborar atividades de leitura e escrita. Essas atividades precisam intervir para que os

estereótipos – de África, de negros como malandros, subalternos, primitivos e imorais – não continuem tendo espaço dentro da escola, até então com essas representações étnicas na literatura e no livro didático. Além disso, é interessante pensar na contribuição da própria visão dos negros e/ou africanos, propondo questões sobre os escritores negros e/ou africanos da atualidade.

Há inúmeras maneiras de evidenciar e promover a cultura africana a partir do currículo, no cotidiano escolar, apesar de ser tensa a relação entre diversidade cultural e currículo. Afinal, a África é parte da nossa identidade que deve ser tão bem valorizada e citada como os europeus e também os índios no contexto da escola. Os educadores deverão compreender que os alunos são sujeitos pertencentes a culturas diferentes, *que são diferentes, mas não desiguais*, e que a compreensão e o respeito à diferença são condutas absolutamente necessárias, uma vez que ao vivenciar práticas pedagógicas que possibilitam a ampliação do universo sociocultural, os alunos podem rever e superar preconceitos e eliminar toda e qualquer forma ou comportamento discriminatório.

Contudo, o debate entre currículo, educação e diversidade cultural é um grande desafio ainda presente a nós, professores. Lidar com esse tripé envolve rever nossas formações pautadas na homogeneidade, na história dos vencedores e dos vencidos que nós (nos) é reproduzida a muitos anos, rever verdades absolutas que formaram nossas identidades, nossos valores, nosso jeito de encarar o outro, enfim, trabalhar a diversidade cultural nos currículos escolares irá provocar uma mudança de mentalidade nas pessoas, tanto em nós professores como em nossos alunos e seus familiares e, quem sabe um dia, a sociedade brasileira será mais justa e realmente democrática a todas as pessoas que neste país vivem.

3. Aprendendo com quem já executa a Lei 10.639/03

Sabemos que várias iniciativas estão sendo propostas no sentido de formação continuada de professores subsidiando-os para o atendimento às disposições legais. Nesse sentido, entrevistamos uma professora⁴ da educação infantil que vem demonstrando em seu trabalho um grande esforço em formar futuros cidadãos que respeitem o outro e aprendam com suas diferenças.

O trabalho realizado na escola da professora entrevistada não foi um trabalho isolado, pelo contrário, envolveu várias pessoas. Segundo ela, a idéia da realização de um trabalho com o tema *diferença* surgiu numa conversa na sala dos professores:

Um dia, no horário do café das professoras, algumas colegas conversavam inconformadas com o fato de que o dia 20 de novembro não seria feriado em São Carlos. Como eu havia participado havia pouco tempo da elaboração do livro “Trabalhando a diferença na educação infantil” e estava bastante envolvida com essa discussão, propus que já que não tínhamos feriado, aproveitássemos a oportunidade para discutir o dia da consciência e realizar alguma atividade. Partimos das propostas de atividades contidas no livro e fomos criando novas atividades, o que acabou se configurando como um projeto sobre a consciência negra (Entrevista realizada em outubro de 2008).

A professora nos relata que esse trabalho foi desenvolvido ao longo de duas semanas, tanto no período da manhã como da tarde, envolvendo ao todo 9 turmas, desde crianças de berçário (0 a 1 ano) até da educação infantil (4 anos), totalizando 90 crianças.

Ao longo dos quinze dias de trabalho, foram desenvolvidas as seguintes atividades com as crianças:

⁴ Gabriela Guarnieri Tebet é mestra em Educação pela UFSCar e professora do Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI) “José Marrara”, de São Carlos – SP.

- Teatro de fantoches encenado por professoras da escola: Menina Bonita do Laço de Fita, escrito por Ana Maria Machado;
 - Atividade de artes: confecção e exposição de máscaras africanas;
 - Atividade de música: exploração de instrumentos africanos;
 - Culinária: As crianças do BII e MI ajudaram a fazer cuscuz de tapioca que foi servido no lanche para todos da escola e para os nossos visitantes que vieram dançar Maculelê;
 - Apresentação de maculelê das crianças de uma EMEI⁵ de São Carlos com a participação da boneca Kalícia, uma princesa angolana;
 - Cinema infantil: Projeção do filme "As aventuras de Azur e Asmar" dirigido por Michel Ocelot;
 - Baile Black (matinê): danças e brincadeiras ao som de música black com a participação das famílias das crianças;
 - Cardápio especial preparado pelas merendeiras da unidade que incluiu escondidinho de frango, feijoada com laranja e bolo de fubá;
 - Palestra para as crianças com Roosevelt Oliveira (integrante da ONG CISV⁶) sobre "Lugares Distantes, Culturas e Pessoas diferentes" com apresentação de imagens com datashow;
 - Expressão corporal: movimentos da capoeira nas salas ao som da música "Zumbi, comandante Guerreiro" do grupo A quatro vozes;
 - Contação de histórias: "Bruna e a galinha d'angola" (Gercilga de Almeida) seguida de atividade artística;
 - Atividade de Musicalização conduzida por Ana Beatriz Loureiro (Integrante da Equipe de Musicalização Infantil da UFSCar);
 - Desfile da Diversidade: com o apoio de algumas mães, arrumamos todas as crianças da creche após a hora do banho, fizemos penteados especiais nas crianças que desejaram e terminamos o dia com um desfile da diversidade, no qual todas as crianças puderam se divertir e mostrar umas para as outras a sua beleza.
- A professora ressalta a importância do trabalho em equipe:

Fruto do esforço de professoras e pais de alunos e com o apoio da SMEC⁷, conseguimos encerramos as atividades do mês da Consciência Negra com a apresentação de uma roda de capoeira, trazida pelo mestre Taroba. Após a apresentação, algumas crianças foram convidadas a participar e todos os que prestigiaram o evento (professoras, equipe de apoio, crianças e familiares) se divertiram muito nesse dia.

Esse trabalho foi posteriormente, no 1º semestre de 2008, inscrito no concurso IV Prêmio "Educar para a Igualdade Racial: Experiências de Promoção da Igualdade Racial-Étnica no Ambiente Escolar", promovido pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade – CEERT – em parceria com o Banco Real, sendo premiado na categoria escola. Segundo a entrevistada, essa conquista foi importante para valorizar e incentivar a equipe e demais professoras da rede a atentar para a questão da diversidade racial e a propor novas iniciativas. "Mostrou para todos que trabalhar com a questão de diversidade racial na educação infantil é possível sim e que podemos obter excelentes resultados com projetos semelhantes".

Perguntamos também a professora quais desafios e perceptivas ela percebe na implementação da Lei 10.639/03 nas escolas brasileiras e sua resposta reforça alguns

⁵ EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil.

⁶ ONG CISV – Childrens International Summer Village.

⁷ SMEC – Secretaria Municipal de Educação.

pontos que já destacamos anteriormente como a falta de preparo e formação dos professores nas escolas brasileiras para implementar esta lei, ou seja, a falta de conhecimentos sobre a história da África e a percepção do preconceito no cotidiano social e escolar.

As pessoas ainda não têm conhecimentos sobre história da África e, muitas vezes, nunca sequer refletiram sobre como o preconceito e a discriminação estão presentes no dia-a-dia das escolas e no seu próprio cotidiano. Acredito que o maior desafio colocado por essa lei seja fazer com que cada professor/a consiga vencer os seus próprios preconceitos e buscar os conhecimentos necessários para a implementação da lei. Felizmente, temos boas perspectivas, na medida em que essa temática vem sendo estimulada não apenas por prêmios como o que conquistamos, mas também por diversas secretarias de educação. O número de estudos sobre a questão racial vem aumentando significativamente, bem como os cursos para professores. Acredito que a conquista da lei foi um primeiro passo, agora, temos que implementá-la de fato.

A formação de professores – tanto inicial como continuada – tem o importante papel de sensibilizar, de despertar a atenção dos professores que estão nas escolas brasileiras para a questão da diversidade, do preconceito, da discriminação e proporcionar aos futuros professores e aqueles que já estão atuando condições (teóricas e práticas) de reflexão sobre seu papel de mudança de mentalidade, só assim terão condições de questionar criticamente sua concepção de sociedade, de escola e de ensino, de pensar as desigualdades e injustiças e seu papel frente a isso, de rever conhecimentos que foram cristalizados como verdadeiros e avaliar o currículo selecionado pela escola, propor novos conhecimentos, novas práticas, novos materiais didáticos, novas metodologias como pudemos observar no depoimento da professora entrevistada.

O trabalho que foi relatado nos mostra que há possibilidades de mudança, há como oferecer um ensino de qualidade nas escolas públicas brasileiras e que podemos formar pessoas que percebam as diferenças individuais de cada um de nós de forma respeitosa, que aprenda com o outro para que todos vivam em harmonia, com todos os seus direitos legais sendo efetivados na prática, fazendo jus à igualdade a que todos têm direito. A mensagem deixada pela entrevista a todos nós, professores e futuros professores, é muito positiva e vai ao encontro da nossa compreensão sobre educação e nosso papel enquanto profissionais:

Minha mensagem seria algo no sentido de apontar que sempre que acreditamos em algo e lutamos para que aquilo se concretize, essa coisa passa a ser possível. Creio que muito mais que realizar o trabalho cotidiano exigido pela unidade escolar à qual estamos vinculados, nossa missão de educadores é estar sempre dispostos a buscar mais conhecimentos e conseguir reverter esse conhecimento em prática pedagógica. Muitas vezes, pode ser difícil adequar determinadas temáticas à faixa etária com a qual trabalhamos, mas acredito que todo conhecimento que não se efetiva em prática não tem metade do valor que poderia ter!

O trabalho desenvolvido nessa escola de São Carlos e relatado pela professora pode ser encarado como uma experiência bem sucedida no sentido de implementação das disposições legais no sentido de atendimento às diferenças étnico-raciais na escola pública. O envolvimento da professora com a questão da diversidade racial aliado ao interesse de uma parcela das professoras da instituição, propiciaram a concretização de um legítimo projeto sobre a consciência negra no âmbito da educação infantil.

Uma característica importante do trabalho relatado na entrevista foi o envolvimento de toda a escola e comunidade local, pelo relato pudemos perceber que o projeto envolveu

pais, alunos, convidados, professores, funcionários, direção da escola e membros da Secretaria Municipal de Educação da cidade. No nosso modo de ver, foi esse envolvimento que gerou o sucesso do projeto desenvolvido. Com essa afirmação não queremos desmerecer as iniciativas e propostas individuais, mas sim demonstrar que o nosso trabalho com a temática das desigualdades pode e precisa envolver o maior número possível de pessoas e de divulgação para semearmos novas formas de convívio, valorização e respeito entre todas as pessoas.

Algumas Considerações Finais

Consideramos as discussões aqui expostas como o início de um longo debate que se faz necessário no momento atual. As determinações legais já estão em vigor desde o início de 2003 e poucas ações estamos presenciando no sentido de implementação e efetivação na prática dessas determinações legais. Continuamos ainda, professores(as) atuantes e estudantes em processo de formação docente, sabendo muito pouco, ou quase nada, sobre África e geralmente esse pouco conhecimento se restringe a uma visão estereotipada que resiste há muito tempo no imaginário coletivo das populações contemporâneas. Na maioria das imagens atuais sobre a África as quais temos acesso, raramente é mostrado os vestígios de um palácio real, de um império, as imagens dos reis e ainda menos as de uma cidade moderna. Muito pelo contrário, as imagens exibidas geralmente mostram uma África resumida a aspectos negativos como, por exemplo, fome, atraso, doenças endêmicas, AIDS, selva etc. Dessa forma, o conhecimento que vamos produzindo e reproduzindo sobre esse continente e sobre as pessoas africanas e afro-brasileiras limita-se a essas informações restritas e pejorativas.

No nosso entender, os estudantes ao passarem pela educação básica precisam vivenciar práticas pedagógicas que lhes possibilitem ampliar o seu universo sociocultural, com oportunidades de rever e superar preconceitos, com o propósito de eliminar toda e qualquer forma de comportamento discriminatório. Uma tarefa difícil essa, porém não há como ser educador sem assumir uma postura ética, política e pedagógica.

Nós educadores(as) não podemos continuar nos escondendo atrás de um currículo escolar que silencia, impõe estereótipos e lida com as maneiras desiguais, discriminatórias e preconceituosas com as diferenças presentes na escola. Na maioria das vezes, entender tal diversidade, e até mesmo conviver com a mesma e enfrentá-la, parece ser um receio da pedagogia e da educação escolar, porque os professores(as), ainda e infelizmente, são formados como profissionais para lidar com a universidade e com a homogeneidade.

Reconhecer e divulgar práticas pedagógicas diferenciadas que buscam um trabalho coerente com as diferenças culturais, que buscam a afirmação das diversas identidades desde a educação infantil até o ensino superior é muito importante para que o conhecimento sobre a educação e o fazer educativo se tornem práticas significativas capaz de formar pessoas abertas a viver e conviver com os outros de forma igualitária e democrática.

Sabemos que a escola sozinha não é capaz de superar o racismo, ela deve estar articulada juntamente com outros espaços, fazendo assim com que haja a construção de uma sociedade mais digna e democrática para todos, que reconheça e respeite a diversidade.

Referências

- BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em 05 de outubro de 2008.
- BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/lei/L11645.htm>. Acesso em 05 de outubro de 2008.
- CARDOSO, Fernando H., (2005). Prefácio à 2ª impressão. In: MUNANGA, K. (org.). *Superando o racismo na escola*. 2ª ed., Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetizada e Diversidade, MEC/BID/UNESCO.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2004). Conselho Pleno. Parecer 3/2004. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Ministério da Educação.
- FERREIRA, Aurélio B. H., (1995). *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- GENTILE, Paola, (2005). África de todos nós. *Revista Nova Escola*. São Paulo: Abril, novembro, p. 42-49.
- GERDES, Paulus, (1994). *Vivendo a Matemática – Desenhos da África*. São Paulo: Scipione.
- GOMES, Nilma L., (2008). A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. (orgs.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- MUNANGA, Kabengele, (2005). Introdução. In: _____. (org.). *Superando o racismo na escola*. 2ª ed., Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetizada e Diversidade, MEC/BID/UNESCO.
- LOPES, Véra N., (2005). Racismo, Preconceito e Discriminação. In: MUNANGA, K. (org.). *Superando o racismo na escola*. 2ª ed., Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetizada e Diversidade, MEC/BID/UNESCO.
- SILVA, Maria J. L., (2005) “As artes e a diversidade étnico-cultural na escola básica”. In: MUNANGA, K. (org.). *Superando o racismo na escola*. 2ª ed., Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetizada e Diversidade, MEC/BID/UNESCO.